

## Percepção de Preconceito num Quilombo Urbano do Sul do Brasil

Dóris Cristina Gedrat<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Luterana do Brasil, RS, Brasil.

Gehysa Guimarães Alves<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Luterana do Brasil, RS, Brasil.

Ângela Maria Pereira Silva<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Luterana do Brasil, RS, Brasil.

**Resumo:** O negro, e por consequência as populações quilombolas, em uma sociedade racista e preconceituosa, participa de um processo de (re)construção identitária que passa, necessariamente, por questões culturais, históricas, de território e de parentesco. Nesse sentido, o objetivo deste estudo foi conhecer a percepção de moradores de um quilombo sobre o preconceito racial vivenciado por eles. Para isso, realizou-se uma pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória, tendo como participantes seis residentes em posições de liderança num quilombo urbano: duas adolescentes, dois adultos e duas idosas. Foram feitas entrevistas com perguntas semiestruturadas, abordando história de vida e percepção sobre discriminação racial. Os dados foram gravados e filmados, para, posteriormente, serem transcritos. Para a análise, utilizou-se a Análise de Conteúdo Temática. Os principais resultados apontaram diferenças significativas entre a percepção de adolescentes, por um lado, e adultos e idosos, por outro. Os adultos e as idosas indicaram não se sentirem discriminados por serem negros e moradores de quilombo, ao contrário das adolescentes, que referiram sofrer bullying por esses motivos na escola e em ambientes públicos como shoppings e comércios em geral. As idosas relataram sentir-se discriminadas em função da idade, mas nunca pela sua negritude ou pelo local onde moram. Entende-se que esta percepção tão diferente entre jovens, adultos e idosos deva-se, principalmente, ao nível de escolaridade mais elevado das adolescentes e, conseqüentemente, à sua maior capacidade reflexiva. Esta lhes permite perceber por si mesmas aquilo que não lhes foi dito no grupo familiar e que lhes foi ocultado nos debates escolares.

**Palavras-chave:** Vulnerabilidade, Discriminação racial, Negritude, Quilombos.

---

## Perception of Discrimination in an Urban Quilombo in the South Region of Brazil

**Abstract:** Black people in a racist and discriminating society, specifically the quilombola population, undergo an identity (re)construction process which certainly includes cultural, historical, territorial and kinship issues. This study verified the perception of quilombo dwellers regarding the racial discrimination they go through. A qualitative, descriptive, exploratory research was conducted with six residents in leadership positions in an urban quilombo: two teenage girls, two adults in their forties and two older women. They answered a semistructured interview about their life stories and their perception of racial discrimination. The data were recorded, filmed, and later transcribed. Afterwards, they were analyzed according to Thematic Content Analysis. The main results pointed out significant differences in the way teenagers perceive racial discrimination compared to adults and older adults. These claimed not having been through situations in which they were discriminated because of their color or for living in a quilombo. On the other hand, the teenagers reported having gone through bullying at school and public places, like malls and retail places in general. The older women said they felt

discriminated because of their age, but never because of their color or the place where they live. It is assumed that these big differences in perception are mainly due to the higher educational level of teenagers and, consequently, to their higher reflection ability. This ability enables them to perceive for themselves facts and realities that their familiar group never mentioned and that debates at school have always hidden from them.

**Key Words:** Vulnerability, Racial Discrimination, Blackness, Quilombos.

---

## Percepción de Discriminación en un Quilombo Urbano en el Sur de Brasil

**Resumen:** El negro, en consecuencia, la población quilombola, en una sociedad racista e intolerante participa en un proceso de (re)construcción identitaria que pasa, necesariamente, por cuestiones culturales, históricas, territoriales y de parentesco. El objetivo de este estudio fue conocer la percepción de los moradores de un quilombo sobre la discriminación racial vivida por ellos. Para eso, se realizó una investigación cualitativa, descriptiva y exploratoria, en la cual participaron seis residentes en posición de liderazgo en un quilombo urbano: dos adolescentes, dos adultos y dos ancianas. Se realizaron entrevistas con preguntas semiestructuradas, abordando la historia de vida y percepción sobre discriminación racial. Los datos fueron grabados y filmados, y posteriormente fueron transcritos. Para el análisis, se utilizó el análisis de contenido temático. Los principales resultados apuntaron diferencias significativas entre la percepción de adolescentes, por un lado, y de adultos y ancianos, por otro. Los adultos y las ancianas refirieron no sentirse discriminados por ser negros y moradores de quilombo, a diferencia de las adolescentes, que refirieron sufrir acoso escolar y en los entornos públicos como centros comerciales y comercio en general. Las ancianas refirieron sentirse discriminadas en función de la edad, pero nunca por su negritud o por el lugar donde viven. Se entiende que esa percepción tan diferente entre jóvenes y adultos y ancianos se debe principalmente al nivel de escolaridad más elevado de las adolescentes y, consecuentemente, a su mayor capacidad reflexiva. Esta les permite percibir por sí mismas lo que no les fue dicho en el grupo familiar y que les fue ocultado en los debates escolares.

**Palabras clave:** Vulnerabilidad, Discriminación Racial, Raza Negra, Quilombos.

### Introdução

*O indivíduo só é livre e digno numa comunidade livre; a comunidade só é livre se for composta por seres humanos livres e dignos.*  
(J.C. Vieira de Andrade)

Identificar-se como negro em uma sociedade racista e preconceituosa não é tarefa muito fácil, pois os negros foram “libertos” da corrente da escravidão, mas ficaram “presos” às correntes do preconceito (Silva & Silva, 2014). Quando este é de cor ou de raça é, em geral, direcionado ao negro, amarelo, pardo ou vermelho (pele vermelha), dificilmente ao branco, que sempre simbolizou as virtudes e o bem (Guimarães, 2012), o que talvez ocorra devido ao fato

de que a dualidade primária seja branco/preto, claro/escuro, dia/noite, em toda parte, em todos os tempos. No Ocidente cristão, o negro significava a derrota, a morte, o pecado, enquanto o branco significava o sucesso, a pureza e a sabedoria, e esse simbolismo das cores pode ter feito brotar uma primeira fonte de sentimento negativo, ou preconceito (Guimarães, 2012).

Como consequência da escravidão negra africana, o Brasil tornou-se a segunda maior nação do planeta com população de ascendência na África, representando a maior estatística de importação forçada de africanos ao longo dos séculos XVI ao XIX e ultrapassando a casa dos quatro milhões de seres transportados (Anjos, 2014). Tal realidade é fruto da diáspora de africanos para estas terras no decorrer de quatro séculos,

o que tornou-se uma das maiores e mais rentosas atividades dos negociantes europeus, “a tal ponto de se tornar impossível precisar o número de negros africanos retirados de seu habitat, com sua bagagem cultural, a fim de serem, injustamente, incorporados às tarefas básicas para formação de uma nova realidade” (Anjos, 2011, p. 262). Segundo o mesmo autor, a extensão do processo ajuda a entender o surgimento de uma sociedade marcadamente racista (Anjos, 2011).

Dados estatísticos de diversas naturezas demonstram que a população negra se encontra, no país, em uma situação particular de vulnerabilidade e risco social, constituindo a maioria entre os que possuem os menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) – marcação que aponta os níveis de desenvolvimento utilizando os critérios indicadores de educação, longevidade e renda. Mediante tais indicadores, é possível afirmar que no Brasil a pobreza não é democraticamente distribuída entre as raças, haja visto o racismo institucional, tendo como consequência maiores taxas de mortalidade infantil e materna, por causas violentas, e menor expectativa de vida referente às populações negra e indígena em comparação com os brancos (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2016).

Todavia, algumas reivindicações históricas fruto da luta dos movimentos negros foram asseguradas na Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), que declara em seu artigo 5º Inciso XLII que “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão” e, no artigo 68 das disposições transitórias, assegura a posse de terra quilombola.

A resistência dos negros foi uma constante durante o período de escravidão, mesmo que as ameaças do chicote estivessem sempre presentes no dia a dia dos escravos, os quais negociavam espaços de autonomia com os senhores ou faziam corpo mole no trabalho, quebravam ferramentas, incendiavam plantações, agrediam senhores e feitores, e rebelavam-se individual ou coletivamente. Mas a mais típica forma de resistência foi a fuga das terras dos senhores, com a subsequente formação de grupos de escravos fugidos e seu agrupamento em comunidades. A fuga nem sempre levava à formação desses grupos. Ela podia ser individual ou até grupal, mas os escravos terminavam procurando se diluir no anonimato da massa escrava e de negros livres (Ramos, 1996).

Sob a opressão e violência dos senhores, os escravos resistiam e muitas vezes iam para os “quilombos”, onde procuravam recomeçar a sua vida. Quilombos

eram considerados os grupos acima de seis escravos que estivessem arranchados e fortificados com ânimo de se defenderem (Vainfas, 2000). A palavra “quilombo”, de origem banto, quer dizer acampamento ou fortaleza. Foi um termo usado pelos portugueses para designar as povoações construídas pelos escravos fugidos do cativeiro. No Brasil, esses espaços eram chamados de arranchamentos, mocambos ou quilombos e seus membros eram conhecidos como callombolas, quilombolas ou mocambeiros (Silva & Silva, 2014).

É possível ver os quilombos como uma rejeição da escravidão, que era a maneira como muitos escravos os encaravam. No entanto, também é possível ver o quilombo não como uma rejeição sistêmica da escravidão, e sim como um veículo utilizado para fuga individual do cativeiro. Essa comunidade criada pelo escravo fugido com frequência existiu perto da sociedade abandonada e continha elementos muito semelhantes à estrutura que ele conhecia. Ou seja, apesar de os escravos individualmente rejeitarem seu cativeiro, geralmente não trabalhavam coletivamente para derubar a instituição da escravidão (Ramos, 1996).

A questão dos quilombos é um elemento importante na história do Brasil e eles se constituíram/constituem em espaços de resistência. Antes, à escravidão; contemporaneamente, como espaços de resistência cultural. Assim, “o conteúdo da cultura foi perdendo importância com a crescente conveniência da diferença como garantia de legitimidade” (Yúdice, 2004, p. 454). Por isso, a cultura dos quilombos talvez seja o fator mais importante para uma combinação de sucesso econômico e coesão social a longo prazo.

Quanto ao importante significado econômico relacionado à escravidão e sua abolição, Gorender (2016) chega a atribuir ao trabalho do escravo depois de liberto importância fundamental para o surgimento do capitalismo no Brasil. Como pontua Maestri (2005), com a Independência o modo de produção escravista colonial dominante expandiu-se, ensejando a acumulação originária de capital. Nessa linha, Gorender (2016) mostra que a existência de meios de produção e de capitais disponibilizados pela acumulação originária são condições necessárias para o surgimento do capitalismo. Além disso, também seriam necessários trabalhadores livres abundantes desprovidos de meios de produção – os ex-escravos – e certo nível de desenvolvimento da divisão social do trabalho, da circulação de mercadorias e da propriedade privada dos meios de produção. Para Gorender (2016),

o capitalismo, no Brasil, não surgiu, como na Europa, com a produção feudal. Aqui a produção capitalista teria se apoiado na acumulação original possibilitada, sobretudo, pela produção escravista.

O termo “quilombo”, com base na definição do Conselho Ultramarino em tempos de escravidão, relacionava-se à fuga e a locais onde existisse um mínimo de negros agrupados, relativos isolamentos geográficos, tipos de moradia e objetos de consumo. Mas o que seria um quilombo em fins do século XX? Quem seriam os quilombolas? Como definir quem são os remanescentes desses quilombos e possibilitar-lhes o acesso aos seus direitos constitucionais? Muitas discussões e debates foram e ainda são feitos acerca das comunidades remanescentes dos quilombos, principalmente porque, agregada à titularização, está também incluída a demarcação das terras, englobando questões políticas e econômicas (Silva & Silva, 2014).

O tamanho das comunidades remanescentes e sua população diferenciam-se de acordo com as especificidades e história de cada uma. São muitas as comunidades identificadas e reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares como remanescentes de quilombos e que ainda não foram contempladas com a regulamentação das suas terras, sendo este um dos desafios que tangem a esse tema. Estas comunidades possuem peculiaridades e muitas ainda guardam tradições antigas recebidas de seus ancestrais (Silva & Silva, 2014).

O Quilombo do Areal da Baronesa fica na região central de Porto Alegre, RS, o que o torna um quilombo urbano, diferente de muitos outros quilombos conhecidos pelas suas características rurais, localizados em regiões de campo, distantes das cidades. Por isso, o quilombo no qual se realizou este estudo se parece com um bairro, embora seja composto por uma rua que contém apenas uma quadra. Sua população, de aproximadamente 180 residentes, é composta por negros de todas as idades, desde bebês até idosos com mais de 70 anos.

A origem desse local remonta à época da monarquia no Brasil, em meados do século XIX. O nome está ligado à chácara de Maria Emília de Menezes Pereira (1902-1888), herdada de seu esposo João Baptista da Silva Pereira (1797-1853), o Barão do Gravataí. Naquele local, havia uma extensa área de terras, cuja espessa vegetação servia de esconderijo para os escravizados fugidos de seus donos. O nome Areal da Baronesa deve-se à areia avermelhada que ali existia, próximo ao Guaíba, e à figura da baronesa do Gravataí, cujo

título nobiliárquico foi dado por D. Pedro II, em 1853, após a morte do esposo. Após a morte da baronesa, em 1888, o lugar passou a ser ocupado por negros alforriados da senzala da chácara. O Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), publicado no Diário Oficial da União em julho de 2013, reconheceu o lugar como área remanescente de escravizados. Em 11 de julho de 2015, o então prefeito de Porto Alegre, José Fortunati, entregou à comunidade do Areal da Baronesa a lei número 11.871, que dá titulação ao lugar como terras oriundas de quilombos (Chaves, 2018).

Assim, investigação das memórias, da história e da cultura da comunidade negra não são assuntos que dizem respeito apenas às populações negras, mas se constituem um tema que interessa a toda a sociedade, no sentido da desconstrução de preconceitos e estereótipos étnico-raciais e do combate ao racismo e à discriminação étnico-racial (Zubaran & Machado, 2014). Assim, os quilombos são lugares de memórias, de poder e de silêncios, ou seja, espaços políticos, que legitimam, hierarquizam e ordenam culturas e identidades.

Considerando a situação dos negros descrita e a realidade dos quilombos no Brasil, o problema que esta pesquisa buscou responder foi como os moradores do Quilombo do Areal, de Porto Alegre, RS, percebem a discriminação racial e de que forma ela influencia seu dia a dia. Além disso, buscou-se caracterizar a população em estudo segundo idade, sexo, escolaridade e atividades exercidas, investigar como esta população percebe sua condição de negro e quilombola e quais as dificuldades e facilidades inerentes a esta condição, e conhecer a percepção dos quilombolas sobre o exercício de suas tarefas e as suas ações neste exercício.

## Método

Trata-se de um estudo descritivo exploratório de abordagem qualitativa. A população pesquisada foram seis moradores do Quilombo do Areal da Baronesa que exercem papel de liderança nesse quilombo: um homem e uma mulher na faixa dos quarenta anos de idade, duas mulheres na faixa dos setenta e duas adolescentes de quinze anos. Os dois na faixa dos quarenta anos são casados entre si, a mulher nasceu no quilombo e o homem chegou ainda adolescente. Entre as mulheres idosas, uma é viúva e vive no quilombo desde os sete anos e a outra

é separada e chegou ao quilombo já adulta, com mais de vinte anos de idade. As duas adolescentes entrevistadas nasceram no quilombo.

Para a coleta dos dados, utilizou-se entrevista semiestruturada, abordando a condição de negro morador do quilombo, a função de liderança dos participantes e as dificuldades relacionadas ao fato de serem negros e moradores do quilombo, visando dar-lhes a oportunidade de falarem sobre as situações em que sofrem discriminação racial em seu dia a dia. Andrade (2012) reforça a importância de se trabalhar com narrativas de experiências e fatos vivenciados por moradores do quilombo e reinterpretados por eles a partir do momento presente – memórias ressignificadas a partir de outras/novas experiências.

As entrevistas ocorreram individualmente, nas dependências da Associação de Moradores do Quilombo do Areal da Baronesa, em Porto Alegre, RS. Foram gravadas e filmadas, com o consentimento do presidente da Associação de Moradores do Quilombo e dos participantes da pesquisa. O conteúdo das entrevistas foi analisado segundo a Análise de Conteúdo Temática de Minayo (2014), procedendo-se à ordenação, classificação e análise final dos dados, a qual foi feita à luz do referencial teórico utilizado.

A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), sob o nº 70727817.8.0000.5349, e aprovada sob o parecer nº 2.625.157, sendo conduzida de acordo com os padrões éticos exigidos. Foram respeitadas a autonomia e a privacidade dos participantes, cabendo salientar que todos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os entrevistados foram identificados por nomes fictícios, de forma a preservar o anonimato.

## **Resultados e discussão**

A partir da análise dos dados, identificaram-se duas áreas temáticas as quais respondem aos objetivos do estudo: a) identidade de negro e morador do quilombo; b) percepção de ter sofrido preconceito racial. A primeira é a área temática que aborda as situações vivenciadas pelos indivíduos na qualidade de negros e de moradores de um quilombo. A segunda aborda a maneira como esses indivíduos percebem (ou não) que são alvo de preconceito pelo fato de serem negros e morarem num quilombo. As duas áreas estão estreitamente vinculadas, visto que a identidade do negro é atravessada pelo preconceito e pela forma como ele o

percebe (Batista, 2016), por isso decidiu-se apresentar e discutir os resultados das duas áreas em conjunto.

Em primeiro lugar, pode-se observar uma acentuada diferença entre os relatos dos adultos e das idosas, por um lado, e o das adolescentes, por outro, o que fica claro ao se exporem e discutirem os resultados. Os adultos são o Afonso e a Fátima, as idosas são a Sílvia e a Miriam e as adolescentes são a Joana e a Marlene, nomes fictícios dados aos entrevistados de forma a se garantir o sigilo de suas identidades.

Este estudo interessa-se em desvendar características e situações que levam os negros e moradores do Quilombo do Areal a perceberem se estão sendo alvo de discriminação e preconceito racial. Burgard et al. (2017) aponta que há falta de dados comparando a percepção da discriminação em diferentes países, bem como de pesquisas que considerem como as identidades interseccionais (classe social, sexo/gênero, raça/etnia, geração, deficiência, orientação sexual, local de moradia, religião) moldam a percepção da discriminação. Nessa pesquisa os autores mencionam como a percepção de discriminação se distribui entre grupos de raça e gênero nos Estados Unidos e no Brasil e é influenciada pelas identidades interseccionais nos relatos sobre discriminação. Moreira (2017) afirma que o racismo existente no Brasil é distinto da experiência histórica de outras sociedades, haja vista o preconceito de classe, sugerindo então que ele não tem base somente na questão étnico-racial.

Tendo em vista que tanto nos Estados Unidos como no Brasil a obtenção de educação é uma marca importante de classe social, Burgard et al. (2017) investigaram também se há diferenças na percepção de discriminação em grupos de raça-gênero com maior ou menor nível de educação formal. Os dados mostraram que há uma associação direta entre o nível de educação e a percepção de discriminação entre mulheres e homens negros. Como mostram outros estudos (Abramson, Hashemi, & Sánchez-Jankowski, 2015), também há uma associação positiva de discriminação percebida com nível escolar. Os que têm maior nível de escolaridade tendem a ser mais conscientes quanto ao tratamento discriminatório, a identificá-lo com mais facilidade ou mesmo engajar-se em atividades e inserir-se em ambientes sociais com maiores diversidades individuais, ariscando-se mais. Tais dados são consistentes com resultados de outro estudo (Ribeiro, 2006) sobre mobilidade social, que mostra diferenças raciais apenas entre brasileiros

com mais educação. Além disso, Burgard et al. (2017) também apontam que respondentes mais velhos têm menos probabilidade de relatar discriminação durante a vida do que os mais jovens.

Para Hall (1997), as representações estereotipadas ou racializadas do “outro”, ao circularem na cultura, sem questionamentos, acabam sendo naturalizadas e transformadas em “verdades”. Assim, a importância das análises culturais das representações racializadas do “outro” está em salientar o modo como são culturalmente construídas essas “verdades”, questionando as marcas atribuídas aos afro-brasileiros como naturais e permanentes. Na perspectiva de Hall (1997), a naturalização dessas representações estereotipadas que circulam sobre o negro na cultura dificulta o questionamento e a problematização do status de inferioridade atribuído à cultura e à identidade negra e reforçam as identidades tidas como hegemônicas na sociedade brasileira.

Neste sentido, Almeida (2018) se utiliza da noção de “racismo estrutural”, explicando-o mediante o fato de que a troca mercantil, numa sociedade capitalista, não ocorre de forma espontânea, sendo necessários atores e estratégias. Esses atores e estratégias têm um viés objetivo e um viés subjetivo, o último integrando as questões de raça e gênero em grande parte. Segundo o autor, os indivíduos precisam ser subjetivamente constituídos para reproduzir em seus atos concretos as relações sociais, cuja forma básica é a troca mercantil. Em outras palavras, o indivíduo precisa *tornar-se* um trabalhador ou um capitalista, ou seja, precisa *naturalizar* a separação entre Estado e sociedade civil, sua condição social e seu pertencimento a determinada classe ou grupo. “Esse processo, muitas vezes, passa pela incorporação de preconceitos e de discriminação que serão atualizados para funcionar como modos de subjetivação no interior do capitalismo” (Almeida, 2018, p. 132). O autor destaca que esse processo não é espontâneo, mas produzido pelos sistemas de educação e meios de comunicação de massa, por meio de uma subjetividade culturalmente adaptada em seu interior. Assim, negros e mulheres recebem os piores salários e trabalham mais horas mesmo que isso contrarie disposições legais passa a ser visto como um mero aspecto cultural.

Em outro estudo (Daflon, Carvalhaes, & Feres Júnior, 2017), os autores também concluíram que no plano da identificação racial pode haver uma maior probabilidade de aqueles com maior escolaridade se identificarem como pretos e estarem mais atentos

a perceber a discriminação. Nesse mesmo estudo, observaram a maior probabilidade de pessoas de 25 e 30 anos de idade perceberem o preconceito do que aquelas acima de 65 anos. Além disso, o nível educacional se revelou mais determinante para os relatos de discriminação do que o de renda.

### **A identidade de negro e morador do quilombo e a percepção de discriminação racial**

O fato de alguém ser negro e morador do quilombo têm repercussões peculiares sobre a vida e o viver, considerando as típicas situações cotidianas e suas alterações devido à condição dos indivíduos. Os relatos trazem diferentes posicionamentos e convicções a respeito disso, mas, basicamente, enquanto os adultos/idosos não veem sua condição de negro e morador do quilombo como algo crucial em sua vida de relações e vivências diárias, as adolescentes desenhavam um quadro um tanto dramático quanto a isso.

Isso reforça a ideia de Carneiro (2011), em que a identidade étnica e racial é um fenômeno historicamente construído e destruído. Hasenbalg (2005) chama a atenção para as desigualdades atravessadas pelo mito da democracia racial e pela perspectiva de luta de classes, ambas amparadas na minimização ou no não reconhecimento/invisibilidade da intersecção raça para as questões sociais. Pesquisas do *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada* (IPEA) dão conta do reconhecimento dos negros brasileiros como um segmento com características específicas e desvantajosas em termos de inserção social no país (Carneiro, 2011).

Para Ianni (1996), além dos prejuízos morais e físicos, o ser humano também sofre com o surgimento deste fenômeno característico de “subclasse”, como sendo a expressão das transformações sociais, ou seja: “o pauperismo, a desorganização familiar, preconceito racial, a guetização de coletividades em bairros das grandes cidades, o preconceito sexual e de idade, e desenvolvimento de uma espécie de subcultura de coletividades segregadas” (Ianni, 1996, p. 30).

Diante disso, Moreira (2017) afirma que o estigma social não só perpetua mecanismos que trazem benefícios materiais para os grupos majoritários, mas também gera sentimentos negativos em relação àqueles que pertencem a minorias raciais. Ou seja, a exclusão social promovida pela discriminação racial e as desigualdades de classe impede a criação de uma sociedade inclusiva.

Isso se evidencia quando Fátima consente que para os negros é muito mais desafiadora a vida em sociedade, pois precisam se esforçar mais para acompanhar os avanços e para conquistar seu lugar. Mas, segundo ela, isso está ligado a ser negro, não a morar no quilombo:

*Questão do desemprego que é uma coisa que que assola que não é especificamente nossa aqui do quilombo, mas é uma coisa da cor da pele. Se tu for negro tu fica pra trás na arena tu já sabe disto. Tu tem que te qualificar porque se tu tiver uma qualificação tu pode ir lutar de igual pra igual para aquela vaga daquele emprego, aquele estágio, aquele curso. E isto a gente trabalha ferrenhamente para que todo mundo do quilombo tenha acesso à educação.*

Em seu caso, ela faz todos os cursos que pode e se empenha, enquanto líder, em orientar as pessoas do Quilombo a se atualizarem e a estudarem. Pode-se perceber, por sua interpretação a respeito da dificuldade maior que um indivíduo negro enfrenta em sociedade, que ela não tem atitude crítica em relação a isso, mas que se ajusta a essa realidade e, inclusive, se esforça para “acompanhar” o ritmo mais intenso dos brancos. Em outras palavras, ela tenta minimizar o prejuízo sofrido pelos negros, não percebendo, ou negando que percebe, o tratamento injusto que sofrem diante da sociedade por sua cor. Conforme Fanon (2008, p. 36), autor martinicano preocupado com os desdobramentos do racismo e do colonialismo como formas de dominação entre os seres humanos no mundo moderno, a entrevistada “fala como um branco”. Esse autor critica os negros que buscam o embranquecimento para diminuir sua sensação de oprimidos – atitude que pode ser inconsciente nos negros que a demonstram.

Ainda entre os participantes adultos, a idosa Sílvia relata que é muito bom morar no Quilombo, devido à companhia e apoio dos amigos, em especial nas horas de necessidade:

*No caso de uma doença e eu não interessa se se dá comigo se não se dá comigo eu gosto muito de tá presente naquela hora que alguém tá precisando né. . . e pra mim. . . morar aqui no Quilombo é a minha vida. É a minha vida.*

Sílvia não falou sobre quaisquer repercussões em sua vida pelo fato de ser negra e moradora do Quilombo. Miriam diz que adora pessoas negras e gosta muito de participar da comunidade do quilombo. Tal qual Sílvia, não demonstra nenhuma preocupação com o tratamento recebido em sociedade por ser negra e moradora de um quilombo. Não toca no assunto do preconceito, deixando implícito que não o sofre. Aqui também pode-se estar frente a uma manifestação do racismo estrutural de Almeida (2018), o qual não é identificado pela participante, talvez por ser idosa e, portanto, pertencente a uma geração mais controlada pelas estratégias subjetivas do racismo em comparação com os jovens.

Assim como Sílvia, Miriam também fala da conveniência de morar no Quilombo, pelo fato de todos se envolverem uns com os problemas dos outros, ajudando-se mutuamente:

*Pra mim não tem diferença nenhuma. Adoro participar destes negócio aí. Acho até bonito pessoa bem pretinha bem. . . eu acho tri bonito. Eu fazia os cursos na igreja tudo, tava sempre envolvida e continuo até hoje. Quando eles precisam eu tô aí e a gente pega sempre junto. Nós já temos uma equipezinha boa de trabalhar. Nós quando uma passa por esta dificuldade todas nós passamos. Porque a gente tá sempre junto né, sempre isto aí. A gente passa junto porque todas nós tamo junto.*

Afonso, por sua vez, relata não ter sofrido preconceito, no entanto refere ter notado que uma pessoa branca o olhou com desconfiança quando foi fazer uma entrega em um edifício, como motoboy, atribuindo a discriminação ao fato de ser motoqueiro:

*Eu vou dizer bem sincero assim preconceito mesmo assim bem, uma pessoa falar eu nunca sofri entendeu? Mas no olhar já. . . no olhar da pessoa de desconfiança eu já sofri já várias vezes já. Uma vez fui fazer uma entrega e descí pelo elevador social. Quando descí uma moradora simplesmente me olhou. . . dos pés à cabeça. . . e eu. . . já senti que foi um olhar meio assim. . . por ser motoqueiro entendeu. Não sei. . . como eu vou me comportar, como eu vou agir. Não sei dizer porque nunca sofri um racismo, mas é preconceito mesmo.*

Na perspectiva de Chauí (2018), a discriminação inconsciente, enraizada, representada nos papéis que cabem aos negros nos filmes, nas novelas de televisão, na publicidade, reforçam o lugar de subalterno, resignado e de segregação nas profissões.

Da mesma forma, Sílvia interpreta uma única ocorrência em que foi tratada com desrespeito como resultado do fato de ser idosa, não negra:

*A menina bem novinha. Bem novinha. Eu vinha do... eu tinha ido... consultar no Hospital de Clínicas. E eu não tava muito bem aí eu entrei no ônibus e... ela bem sentada né e eu esperei um pouquinho e nada. "Oh minha filha, poderia dar a gentileza de dar o lugar pra mim porque eu estou doente, vim do médico, eu estou doente e gostaria de me sentar nestes assentos aqui não é, são para as pessoas doentes né idosas né". E ela começou a falar "eu tenho que me levantar para dar lugar porque que a senhora não paga a passagem?". "Não, não vou pagar passagem, eu tenho direito de sentar aqui e sem pagar passagem"... Aí ela saiu dizendo umas coisas.*

Ela ainda diz que muitos se queixam por serem maltratados, mas que com ela isso nunca aconteceu, pois ela se impõe. É difícil entender o episódio no ônibus relatado por ela como preconceito contra idosos, principalmente quando a jovem deixa implícito que Sílvia não pagou a passagem. Possivelmente, ela a estava chamando de pobre, o que muitas vezes acompanha o rótulo dado aos negros (Moura, 2014).

Moreira (2017) atribuiu as diferenças sociais entre negros e brancos a disparidades de classe, ou seja, são produto de mecanismos discriminatórios que se reproduzem ao longo do tempo e que atuam simultaneamente. O autor reconhece o caráter estrutural e intergeracional da discriminação, além do racismo institucional.

Estudo conduzido no estado do Mato Grosso (Batista, 2016) objetivou mostrar que os negros sofrem preconceito enquanto grupo étnico, mas também enquanto pessoas individuais, uma vez que, além de serem afrodescendentes, também são indivíduos negros que exercem diversos papéis e suas diferentes funções os levam a diferentes situações em que sofrem mais ou menos discriminação. Assim como Afonso e Sílvia na presente pesquisa, os entrevistados por Batista (2016) também apresentaram uma tendência de não atribuir a discriminação à cor, mas sim

a fatores interseccionais, como a condição financeira, a estatura e até mesmo a obesidade. Para Moreira (2017) a miscigenação presente no Brasil aparece como evidência incontestável dessa realidade, haja vista a representação do país como uma sociedade racialmente inclusiva.

Segundo Hasenbalg (1990), o Brasil teve de lidar com a situação dos ex-escravos após a abolição, e a solução adotada explica como as relações raciais passaram a ser entendidas no Brasil Republicano, causando um branqueamento e uma integração social simbólica dos brasileiros não brancos, mediante a noção de "democracia racial", uma ideologia que consiste em ignorar a realidade e fazer de conta que os negros são tratados como iguais aos brancos. Os ex-escravos e seus descendentes foram segregados social e economicamente e essa ideologia só complicou sua vida. Proporcionou também a toda a sociedade brasileira o orgulho de ser vista mundialmente como sociedade pacífica, colocando os conflitos étnicos fora das discussões, sem, no entanto, melhorar concretamente a situação dos negros (Cavalleiro, 2017).

A ideia de "branqueamento" da cultura do negro permeia as interpretações dos adultos Afonso e Fátima e das idosas Sílvia e Miriam quando eles atribuem cenas de discriminação a outros fatores que não sua cor. Hasenbalg (1990) refere que os negros são levados a reproduzir preconceitos e atitudes discriminatórios contra si mesmos, ao apreenderem a visão que a sociedade construiu a seu respeito. Isso cria neles uma tendência à autonegação.

É possível observar como as adolescentes percebem diferentemente o preconceito racial, expressando-se claramente sobre ele e trazendo imediatamente exemplos concretos por elas vividos nesse sentido. Joana relata que era sistematicamente discriminada na escola, de forma a ter de fazer os trabalhos sozinha, pois ninguém queria sua participação no grupo. Desta forma, junto com sua mãe, decidiu mudar de colégio:

*Sim, falavam: "tu tem que interagir mais, tem que se enturmar mais". Eu não me sentia bem em interagir porque eu via que as pessoas não se sentiam bem com a minha presença no grupo, então eu me sentia bem mal assim. Mas agora tenho acompanhamento com a assistente social, assim. E ela disse que isto não vai acontecer de novo porque se acontecer ela vai tomar alguma providência na SEC porque na primeira vez nada foi resolvido.*

*Porque geralmente quem fala isto, que não acontece, nunca sofreu isto. Muito fácil, como disse, muito fácil dizer que não existe. Mas tu já sofreu para ter esta conclusão? Pra chegar a este critério?*

Mais adiante, relata como foi a mudança de colégio e qual a diferença em relação ao anterior, no tocante à maneira como os negros são tratados:

*Eu me senti mais à vontade, já fiz . . . já me enturmei mais com as pessoas e tudo. Me senti mais à vontade pelo simples fato de o índice de negros ser maior ali. Então já me senti um pouco mais à vontade. E eles também não aceitam este tipo de coisa. Então eles sempre estão sempre falando sobre preconceito sempre e eles falam quem. . . as professoras tocam muito no assunto estão sempre fazendo palestra sobre isto. Isto eu senti um pouco falta ali no colégio . . .*

O racismo no Brasil costumava ser denominado de “racismo cordial”, o que, segundo Cavalleiro (2017), prejudicou em larga escala os que lutam diariamente contra um inimigo “invisível”, impedindo o negro de construir uma cidadania plena e colocando-o em uma posição de desproteção diante de situações de violência. Sobre o preconceito sofrido em ambiente educacional, Guimarães (2012) observa que nem sempre é apenas a cor que incomoda quem discrimina os alunos negros na escola: o fato de se impor uma posição social inferior a eles faz com que os preconceituosos considerem esse lugar inapropriado para negros. Em outras palavras, eles não estariam a sua altura.

Marlene relata ter sofrido preconceito em lugares públicos, como, por exemplo, numa loja de roupas, em que a funcionária, ao invés de atendê-la, fitou-a longamente com olhar desconfiado:

*Eu bem assim pra ela: “Eu quero um vestido assim, assim”. Daí quando vê ela me olhou com nojo, com nojo dos pés à cabeça. Quando vê eu “tá moça, eu quero”, eu deixei quieto né, quando vê ela me olhou de novo, e eu bem assim pra ela “Que que tu tá me olhando dos pés à cabeça, tô com algum problema?”. Que ela era branca, e ela me olhou com uma cara de nojo. “Eu tô com algum problema? Só porque eu sou negra não posso comprar vestido?”. E ela ficou olhando com uma cara, e eu “Tá, fala alguma coisa”. Eu peguei virei as costas pra ela, e não piso mais nessa loja. Ô branca azeda.*

Como mostram esses resultados, as adolescentes apresentam uma forte tendência a perceber qualquer ato discriminatório em relação a elas enquanto negras, e são capazes de verbalizar essa percepção com muita desenvoltura. Elas relatam espontaneamente os episódios que mais lhes causaram impacto ao depararem-se com rejeição aberta por parte de colegas e de atendentes em locais de comércio pelo fato de serem negras e estarem nesses locais onde não seria esperado que estivessem e, portanto, não é desejado que estejam. O estudo de Batista (2016) observa que, entre seus entrevistados, alguns mais jovens compreendem a existência do preconceito de cor (que o autor chama de “preconceito de marca”), mas outros, de idade adulta, não têm uma compreensão clara sobre essa questão.

Corroborando a percepção de Joana sobre o preconceito racial na escola, em que professores e administração não tomam nenhuma atitude, Cavalleiro (2017) aponta que esse silêncio, imposto pelos próprios livros escolares, acaba vitimizando os estudantes negros. Esse ritual pedagógico que ignora as relações étnicas na escola compromete o desempenho e o desenvolvimento da personalidade dos alunos negros, além de contribuir para a formação de adolescentes brancos com sentimento de superioridade. A autora, em seus estudos, constatou a falta de percepção do preconceito em alunos do ensino fundamental, isto é, em crianças cujo pensamento reflexivo ainda é muito incipiente. Para ela, isso está diretamente ligado à estratégia da democracia racial brasileira que, conforme referido acima, nega a existência do problema. Como não há debate social, a visão do preconceito por parte da família é limitada, impedindo a criança de formar uma visão crítica a respeito do problema. Diante disso, há necessidade de materializar no contexto educacional, a partir dos currículos e nas propostas pedagógicas, uma gradativa e efetiva superação da secundarização da questão étnico-racial na formação, muitas vezes apreendida no viés culturalista e/ou como um segmento a ser abordado no conjunto da sociedade.

Constatou-se, na presente pesquisa, que as adolescentes entrevistadas apresentam alto grau de percepção de discriminação, o que, aparentemente, vai de encontro à falta de percepção das crianças, relatada por Cavalleiro (2017). A contradição é apenas aparente, pois, em nosso entender, deve-se à compreensão mais ampla das adolescentes, o que está

ligado a seu nível de escolaridade mais alto e, consequentemente, a sua maior capacidade reflexiva, que lhes permite perceber por si mesmas aquilo que não lhes foi dito no grupo familiar e que lhes foi ocultado nos debates escolares. Segundo Cavalleiro (2017) e de acordo com os depoimentos, “o racismo é um problema presente no cotidiano escolar, que fere e marca, profundamente, crianças e adolescentes negros. Mas, para percebê-lo, há a necessidade de um olhar crítico do próprio aluno” (p. 34).

Assim, mais uma vez, comprova-se a relação entre a percepção de discriminação e a escolaridade e, na comparação entre adolescentes e adultos, também a relação entre percepção de discriminação e idade. As pessoas mais jovens relatam com mais frequência e intensidade que percebem sofrerem discriminação racial do que os mais velhos (Burgard et al., 2017; Daflon et al., 2017; Batista, 2016, Cavalleiro, 2017).

### Considerações finais

Nesta pesquisa ficou evidente que enquanto os adultos não têm ou não expressam percepção quanto

a serem discriminados, ou o fazem de forma quase nula, as adolescentes expressam essa percepção com total clareza e, na verdade, é o que mais vem à sua mente quando falam sobre a condição de serem negras e moradoras do quilombo. Em outras palavras, para elas não é difícil lembrar desse assunto: ele está sempre presente em sua vida e em seu dia a dia, em situações escolares e demais locais públicos.

Os dados relacionados à escola são relevantes, na medida em que as políticas afirmativas visam garantir um maior acesso às pessoas negras, pardas e indígenas, a fim de aumentar os níveis de escolarização desses segmentos sociais pelo sistema de cotas. Outro elemento é o multiculturalismo, que, desde o ano de 1998, está previsto nos Parâmetros Curriculares Nacionais, buscando promover mudanças educacionais para superação de todas as formas de discriminação e exclusão. No entanto, poucas escolas têm enfrentado o problema da discriminação/violência racial. A produção do sujeito se dá no âmbito da linguagem, na relação com as forças discursivas que o nomeiam e governam, sendo a escola um desses locais da cultura no qual se produz e se nomeia o sujeito.

### Referências

- Abramson, C. M, Hashemi, M., & Sánchez-Jankowski, M. (2015). Perceived discrimination in U.S. healthcare: Charting the effects of key social characteristics within and across racial groups. *Preventive Medicine Reports*, 2, 615-621. <https://dx.doi.org/10.1016%2Fj.pmedr.2015.07.006>
- Almeida, S. (2018). *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte, MG: Letramento.
- Andrade, S. S. (2012). A entrevista narrativa ressignificada nas pesquisas educacionais pós-estruturalistas. In D. E. Meyer, & M.A. Paraíso (Orgs.). *Metodologias de Pesquisas Pós-críticas em Educação* (1a ed., pp. 173-194). Belo Horizonte, MG: Mazza.
- Anjos, R. S. A. (2011). Cartografia da diáspora: África-Brasil. *Revista da ANPEGE*, 7(esp.), 261-274.
- Anjos, R. S. A. (2014). Geografia, Cartografia e o Brasil africano: Algumas representações. *Revista do Departamento de Geografia*, (spe.), 332-350. <https://doi.org/10.11606/rdg.v0i0.542>
- Batista, M. H. (2016). *Negro, ser arquiteto: A construção identitária entre africanidade e negritudes*. Curitiba, PR: Appris.
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Presidência da República.
- Burgard, S., Castiglione, D. P., Lin, K. Y., Nobre, A. A., Aquino, E. M. L., Pereira, A. C., Bensenor, I. J. M., Barreto, S. M., & Chor, D. (2017). Relatos diferenciados de experiências com discriminação no Brasil e Estados Unidos. *Cadernos de Saúde Pública*, 33(Supl. 1), 2-14. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00110516>
- Carneiro, S. (2011). *Racismo, Sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo, SP: Selo Negro.
- Cavalleiro, E. (2017). *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: Racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. São Paulo, SP: Contexto.
- Chauí, M.S. (2017). *Sobre a Violência* (E. M. Itokazu & L. Chauí-Berlinck, Orgs.). Belo Horizonte, MG: Autêntica.
- Chaves, R. (2018, 8 de Março). O Areal da Baronesa: tradição, samba e resistência. *GaúchaZH*. <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/almanaque/noticia/2018/03/areal-da-baronesa-tradicao-samba-e-resistencia-cjehn04p7013j01p4xon4vsn9.html>

- Daflon, V.T., Carvalhaes, F., & Feres Júnior, J. (2017). Sentindo na pele: Percepções de discriminação cotidiana de pretos e pardos no Brasil. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, 60(2), 293-330. <https://doi.org/10.1590/001152582017121>
- Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador, BA: EDUFBA.
- Gorender, J. (2016). *A escravidão reabilitada*. São Paulo, SP: Expressão Popular.
- Guimarães, A. S. A. (2012). *Racismo e antirracismo no Brasil*. São Paulo, SP: 34.
- Hall, S. (1997) A centralidade da cultura: Notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Educação e Realidade*, 22(2), 15-46.
- Hasenbalg, C. (2005). *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil* (Patrick Beurglion, Trad., 2a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Graal.
- Hasenbalg, C. (1990). *Notas sobre relações de raça no Brasil e na América Latina*. [Manuscrito não publicado]. Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2016). *Síntese de indicadores sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira*. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>
- Ianni, O. (1996). *A era do globalismo* (4a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Minayo, M. C. S. (2014). *O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde* (14a ed). São Paulo, SP: Hucitec.
- Moreira, A. J. (2017). Direito, poder, ideologia: Discurso jurídico como narrativa cultural. *Direito e Práxis*, 8(2), 830-868. <https://doi.org/10.12957/dep.2017.21460>
- Moura, C. (2014). *Dialética radical do Brasil negro*. São Paulo, SP: Anita Garibaldi.
- Ramos, D. (1996). O quilombo e o sistema escravista em Minas Gerais no século XVIII. In J. J. Reis, & F. S. Gomes (Orgs.). *Liberdade por um fio: História dos quilombos no Brasil*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Ribeiro, C. A. C. (2006). Classe, raça e mobilidade social no Brasil. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, 49(4), 833-873. <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582006000400006>
- Silva, G. S., & Silva, V. J. (2014). Quilombos brasileiros: Alguns aspectos da trajetória do negro no Brasil. *Revista Mosaico*, 7(2), 191-200. <http://dx.doi.org/10.18224/mos.v7i2.4120>
- Vainfas, R. (2000). *Dicionário do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro, RJ: Objetiva.
- Yúdice, G. (2004). *A conveniência da cultura: Usos da cultura na era global*. Belo Horizonte, MG: UFMG.
- Zubaran, M. A., & Machado, L. M. R. (2014). O que se expõe e o que se ensina: Representações do negro nos museus do Rio Grande do Sul. *Momento: Diálogos em Educação*, 22(1), 91-122.

---

*Dóris Cristina Gedrat*

Docente no Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde da Universidade Luterana do Brasil, Canoas – RS. Brasil.

E-mail: [doris.gedrat@ulbra.br](mailto:doris.gedrat@ulbra.br)

 <https://orcid.org/0000-0002-5660-1775>

*Gehysa Guimarães Alves*

Docente no Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde da Universidade Luterana do Brasil, Canoas – RS. Brasil.

E-mail: [gehysa.alves@gmail.com](mailto:gehysa.alves@gmail.com)

 <https://orcid.org/0000-0003-1389-8553>

*Ângela Maria Pereira Silva*

Docente no Curso de Serviço Social da Universidade Luterana do Brasil, Canoas – RS. Brasil.

E-mail: [angela.silva@ulbra.br](mailto:angela.silva@ulbra.br)

 <https://orcid.org/0000-0001-8793-4620>

Endereço para envio de correspondência:

Universidade Luterana do Brasil, Av. Farroupilha, 8001, Prédio 1, sala 124, Bairro São José. CEP: 99-425-900.  
Canoas – RS. Brasil.

*Recebido* 29/10/2018

*Aceito* 18/02/2020

*Received* 10/29/2018

*Approved* 02/18/2020

*Recibido* 29/10/2018

*Aceptado* 18/02/2020

*Como citar:* Gedrat, D. C., Alves, G. G., & Silva, A. M. P. (2020). Percepção de preconceito num quilombo urbano do Sul do Brasil. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 40, 1-12. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003215919>

*How to cite:* Gedrat, D. C., Alves, G. G., & Silva, A. M. P. (2020). Perception of Discrimination in an Urban Quilombo in the South region of Brazil. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 40, 1-12. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003215919>

*Cómo citar:* Gedrat, D. C., Alves, G. G., & Silva, A. M. P. (2020). Percepción de Discriminación en un Quilombo Urbano en el Sur de Brasil. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 40, 1-12. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003215919>